Outubro 2026

# Carta Mensal



BNP PARIBAS
ASSET MANAGEMENT



Caros leitores,

É com grande satisfação que apresentamos a edição deste mês da nossa **Carta Mensal.** Neste documento nossa equipe de gestão compartilha sua visão sobre os principais acontecimentos do mercado e suas perspectivas diante de um mundo em mudança.
Agradeçemos pela confiança depositada em nosso trabalho e esperamos que essa carta contribua para **sua compreensão do atual cenário de investimentos.**

Atenciosamente,

**Gilberto Kfouri Jr.**
Chief Investment Officer
BNP Paribas Asset Management Brasil



# ECONOMIA

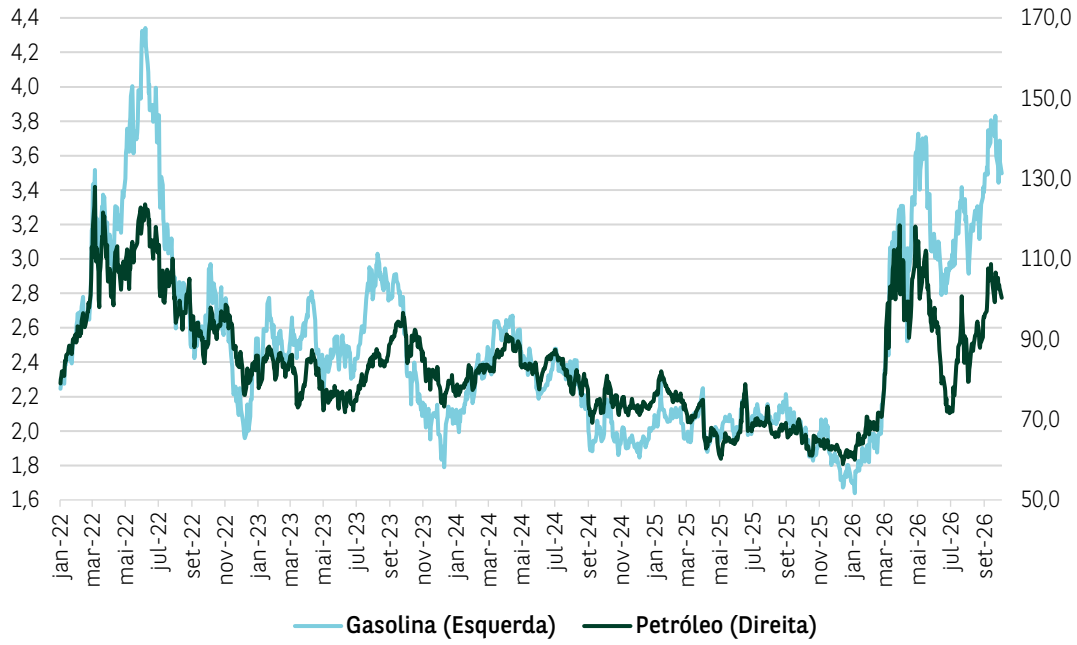


> " Um ajuste fiscal crível reduziria a taxa de juros real da nossa economia e contribuiria para o controle da inflação."


**Andressa Castro**
Economista-chefe


Em setembro, os ruídos geopolíticos continuaram exercendo pressão sobre os preços de energia. A ausência de um acordo entre Estados Unidos e Irã manteve o valor do barril de petróleo ("Brent") próximo de USD 100, enquanto a guerra entre Rússia e Ucrânia seguiu afetando a oferta e os preços de derivados, como diesel e gasolina. Esse movimento ocorre em um momento particularmente sensível para o hemisfério norte, quando os países tradicionalmente reforçam seus estoques para o período de inverno. Como consequência, as preocupações com a inflação de curto prazo voltaram a ganhar força, levando a uma postura mais cautelosa dos Bancos Centrais em relação à política monetária para conter efeitos de 2ª ordem e evitar uma desancoragem das expectativas de inflação.

**Gráfico 01**
Brent Gasolina



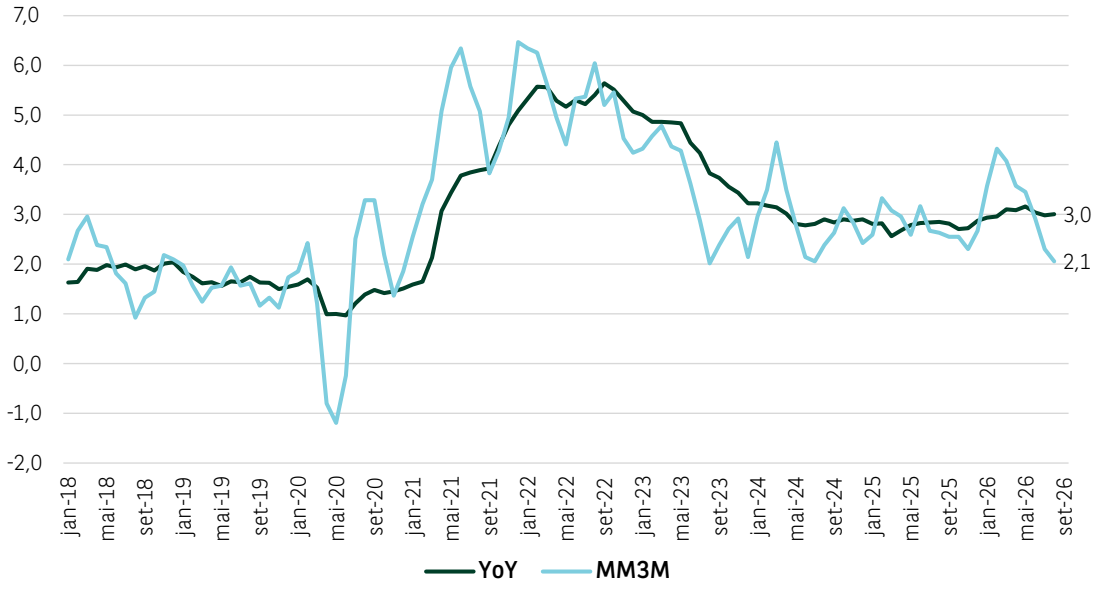

Fonte: Bloomberg, setembro/2026

Nesse contexto, o Banco Central Europeu ("BCE") deu continuidade ao ciclo de aperto monetário, elevando a taxa de juros em 25 pontos-base ("bps") para 2,50%. Embora a inflação da Zona do Euro tenha acelerado em setembro para 3,8% na variação anual, a medida de inflação subjacente permaneceu mais moderada, com o núcleo em 2,5%, mas ainda acima da meta. Paralelamente,

os indicadores de atividade seguem resilientes e o BCE revisou para cima as projeções de crescimento do PIB para 2026 e 2027 (para 0,9% e 1,4% respectivamente). Diante desse quadro, caso as tensões geopolíticas não arrefeçam, o BCE deve prosseguir com o ciclo de altas graduais de juros, optando por mais uma elevação em dezembro.

Adicionalmente, nos Estados Unidos, o Federal Reserve ("Fed") iniciou um ciclo gradual de aperto monetário ao elevar a taxa básica em 25 bps, para o intervalo entre 3,75% e 4,00%. Desde sua nomeação, Kevin Warsh vinha sinalizando uma preocupação em relação aos riscos inflacionários e, diante da persistência do choque nos preços de energia, acabou chancelando a alta de juros previamente precificada pelo mercado. A inflação americana, medida pelo Núcleo do deflator do Índice de Preços para Despesas com Consumo Pessoal ("PCE") de agosto, situou-se em 3,0% na variação anual, mas tem apresentado um comportamento mais benigno na margem, desacelerando para 2,1% na média móvel de 3 meses anualizada. Essa desaceleração se deve à dissipação dos efeitos inflacionários das tarifas importação, à moderação da inflação de serviços, especialmente aluguéis e, de forma mais estrutural, ao ritmo mais contido do crescimento dos salários. Nesse contexto, avaliamos que o Fed deverá conduzir um ciclo de alta moderado e dependente dos dados, com ajustes graduais e possivelmente intercalados entre reuniões, em linha com a estratégia adotada pelo BCE.

**Gráfico 02**
Core PCE

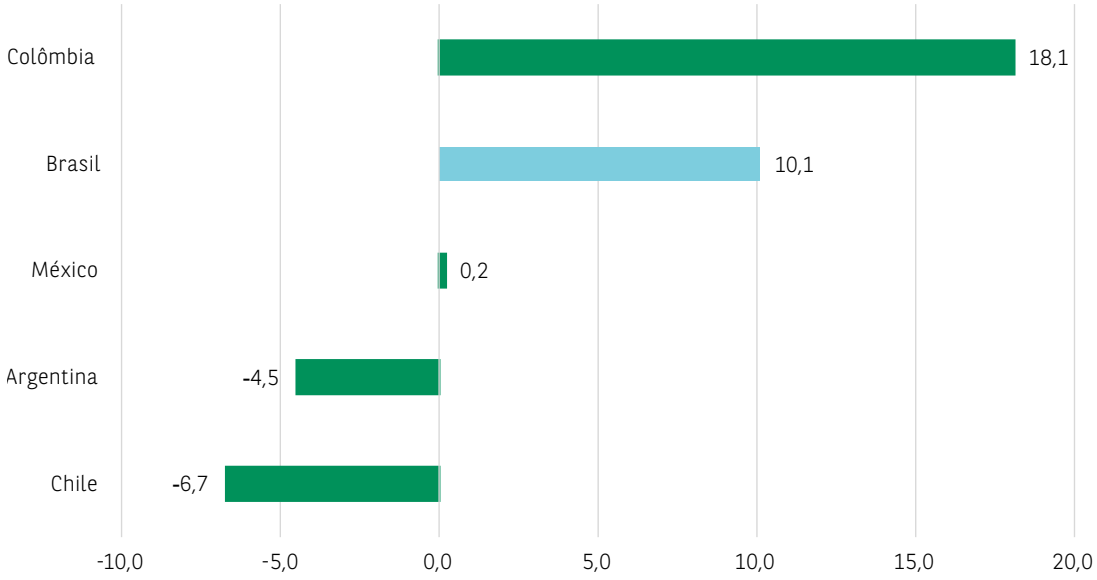



Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA) e Bloomberg, setembro/2026

Nesse ambiente de inflação mais elevada e condições monetárias mais restritivas, as taxas de juros de longo prazo voltaram a avançar de forma relevante ao longo de setembro. Além dos fatores conjunturais ligados ao choque de energia e às perspectivas para a política monetária, elementos estruturais também têm contribuído para esse movimento, incluindo a deterioração fiscal observada em diversas economias desde a pandemia e a crescente demanda por capital associada ao ciclo de investimentos em inteligência artificial. Esses fatores têm elevado os prêmios exigidos pelos investidores para o financiamento de longo prazo, pressionando as curvas de juros nas principais economias desenvolvidas.

Já o comportamento do dólar globalmente tem sido menos uniforme. Em relação às moedas de países desenvolvidos, o dólar continua forte, refletindo um diferencial de juros e de crescimento econômico favorável aos EUA. Por outro lado, frente a algumas moedas de países emergentes, o dólar apresentou movimento de depreciação. Na América Latina, observa-se que as moedas com melhor desempenho compartilham, em geral, três características: países que são exportadores de petróleo, que possuem juros elevados e oferecem um carrego atrativo e que apresentam uma perspectiva de ajuste fiscal. Nesse contexto, o real brasileiro, junto com o peso colombiano, têm se destacado entre as principais moedas emergentes, combinando esses três fatores.

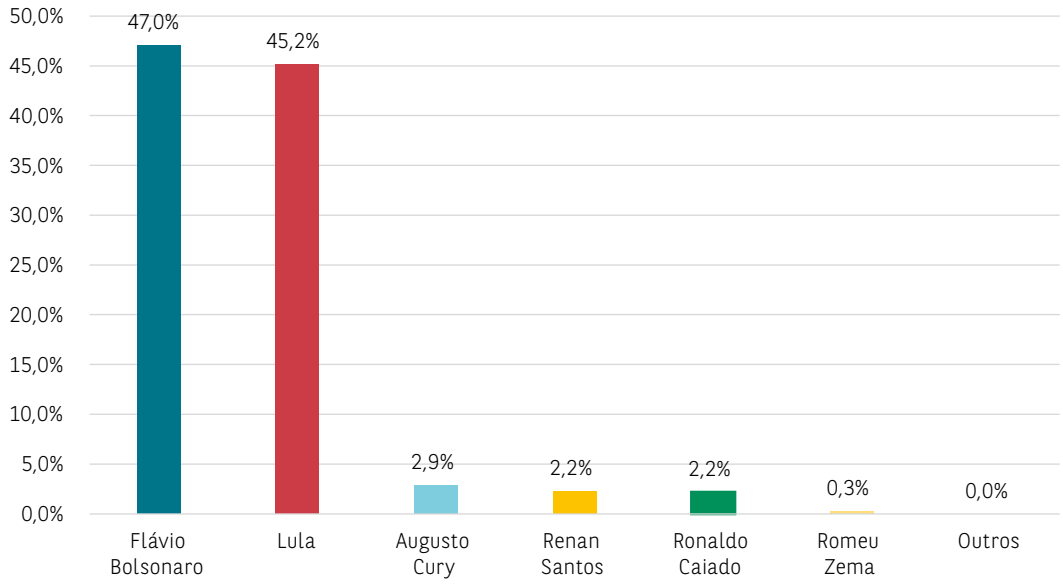
**Gráfico 03**
Moedas Latam




Fonte: Bloomberg, outubro/2026

De fato, o real já vinha apresentando desempenho favorável desde o início do ano, mas esse movimento ganhou intensidade após o primeiro turno das eleições. A melhora refletiu, sobretudo, a percepção de aumento da probabilidade de uma mudança de governo e, consequentemente, da implementação de um ajuste fiscal mais robusto. Passada a "lua de mel" inicial, para que essa melhora se consolide de maneira sustentável, será necessária uma sinalização mais clara sobre a estratégia fiscal do próximo governo, acompanhada de medidas concretas e politicamente viáveis que permitam estabilizar a trajetória da dívida pública em relação ao PIB ao longo dos próximos anos.

**Gráfico 04**
1º turno eleições




Fonte: TSE, outubro/2026

Um ajuste fiscal crível exigiria enfrentar temas estruturais, como a desaceleração do crescimento real do salário-mínimo, a revisão das vinculações orçamentárias e dos pisos de saúde e educação, o controle da expansão do Benefício de Prestação Continuada, reformas previdenciária e administrativa e a reavaliação de emendas parlamentares, supersalários e gastos tributários. Na nossa avaliação, avanços nessa agenda reduziriam a taxa de juros real neutra da economia, permitindo um menor custo de financiamento para o setor público ao longo do tempo. Mais importante, a política fiscal deixaria de exercer pressão adicional sobre a demanda agregada e passaria a complementar o trabalho da política monetária, contribuindo para o controle da inflação e para a melhora das expectativas de longo prazo.

A respeito da conjuntura mais de curto prazo, projetamos uma desaceleração relevante da atividade até o final do ano, com crescimento praticamente estagnado no segundo semestre, refletindo os efeitos defasados do aperto monetário e o esgotamento dos estímulos fiscais implementados pelo governo central e pelos governos locais no período eleitoral. Esse ambiente de atividade mais fraca, combinado à apreciação recente do real, abre espaço para a continuidade do ciclo de flexibilização monetária. Assim, esperamos que o Banco Central ("BC") mantenha um ritmo de cortes de 25 bps por reunião, levando a Selic para 13,25% ao final deste ano e prolongando o ciclo de redução ao longo de 2027.

Por outro lado, a inflação corrente deve permanecer pressionada nos próximos meses. Os preços de alimentos continuam sendo impactados pelos efeitos climáticos associados ao El Niño e pela alta das proteínas, enquanto persiste o risco de reajustes em combustíveis após um período prolongado de represamento dos preços domésticos de gasolina e diesel. Dessa forma, embora a combinação de atividade mais fraca e câmbio favorável melhore as perspectivas para a inflação futura, o comportamento dos índices de preços no curto prazo ainda deverá apresentar desafios relevantes para a condução da política monetária, reforçando a cautela do BC nesse processo de calibragem.

# RENDA FIXA E MULTIMERCADO



**Michael Kusunoki**
Head Renda Fixa & Multimercados

> "Com eleições ditando a dinâmica dos preços, preferimos a parte curta da curva, que se beneficia de eventual queda da Selic e é pouco afetada em cenários adversos, enquanto o trecho longo de NTN-B, se beneficia de eventuais mudanças estruturais na política fiscal."

O racional do posicionamento dos nossos portfolios nos últimos meses tem sido ancorar nos dados econômicos, que apontam na direção de queda de juros. E, até aqui, isso tem dado certo, à medida que passamos por uma janela benigna de inflação e a atividade tem se arrefecido recentemente, o que permitiu ao BC dar continuidade no processo de flexibilização monetária. Mas sendo justo, parte da melhora do mercado não foi explicada por dados, e sim por expectativas. Sendo específico, expectativas relacionadas as eleições de 2026.

Quando olhamos o contexto mais amplo, o cenário parece mais complexo que os preços domésticos sugerem. O risco geopolítico se manteve em alta, assim como o preço do petróleo, que seguiu firme ao redor de USD 100 o Brent. Com isso, tivemos cada vez mais adeptos, entre os bancos centrais ao redor do mundo, adotando uma postura conservadora. O Fed confirmou essa tendência ao elevar os juros em 25 bps, o que desencadeou uma reprecificação da curva americana e levou os juros para níveis não observados há décadas. Esse efeito se alastrou por todos os países, gerando uma alta de juros globais, e obviamente estamos inseridos nessa dinâmica.

Por aqui, o período de inflação excepcionalmente baixa parece ter ficado para trás. O cenário para os próximos meses aponta para uma retomada gradual de pressões inflacionárias, em parte reflexo da alta do petróleo e seus efeitos na cadeia de insumos. Há também componentes represados. Os preços dos combustíveis estão com preços defasados em relação aos preços internacionais. Ou sendo subsidiados, como no caso do diesel. Trata-se, portanto, de inflação potencialmente acumulada para frente. Há outros riscos inflacionários que merecem monitoramento, como os efeitos da reforma tributária, os riscos associados ao El Niño e a eventual aprovação da PEC relacionada ao fim da escala 6x1, tema que pode gerar pressões adicionais sobre os custos do setor de serviços.

**Mas se os riscos aumentaram, o que explica a boa performance observada nos mercados brasileiros ao longo de setembro?**

A resposta parece estar cada vez mais ligada à discussão fiscal e eleitoral. O quadro das contas públicas continua sendo um problema estrutural e sua deterioração acelerada foi um dos temas centrais do debate econômico ao longo do ano. A Dívida Bruta do Governo Geral passou de 78,6% do PIB, em dezembro de 2025, para 82,8% em agosto de 2026, movimento que reforçou a percepção de que a trajetória atual não é sustentável no longo prazo. Nesse contexto, o primeiro turno das eleições foi interpretado pelo mercado como um aumento relevante da probabilidade de alternância de poder e, principalmente, de mudança na condução da política econômica.

O resultado eleitoral parece ter entregado aos investidores algo que faltava há bastante tempo: a possibilidade concreta de discutir reformas e consolidação fiscal em um ambiente político potencialmente mais favorável. Não foi apenas a liderança de Flávio Bolsonaro na votação presidencial que chamou atenção, mas também a nova composição do Congresso, vista por muitos agentes como mais propícia

à aprovação de medidas nessa direção. O ponto importante, porém, é que os mercados passaram a precificar uma probabilidade maior de mudança, e não a mudança em si. A continuidade da melhora dos ativos dependerá menos do resultado eleitoral e mais da capacidade de transformar expectativa em programa econômico, equipe técnica e execução. Em outras palavras, o mercado concedeu o benefício da dúvida, mas ainda espera pelas evidências.

A conclusão continua sendo que a eleição, mais do que qualquer outro fator, ditará a dinâmica dos preços à frente. A diferença é que agora o debate evoluiu. Antes discutíamos a probabilidade de alternância de poder; hoje discutimos o que um eventual novo governo faria com essa oportunidade. Por isso, seguimos concentrando esforços na busca de posições cujos retornos sejam favoráveis mesmo em cenários distintos. A parte mais curta da curva de juros continua oferecendo essa característica. Em um cenário positivo, permanece claro o espaço para continuidade do ciclo de queda da Selic, inclusive avançando para 2027. Já em um cenário mais adverso, esse trecho sofreria de maneira relevante apenas se fosse necessário reverter o ciclo e elevar juros, hipótese pouco provável. Gostamos também do trecho longo de NTN-B, que a nosso ver tem grande potencial de ganhos relacionados a mudanças estruturais na política fiscal.

# CRÉDITO PRIVADO



**Henri Rysman de Lockerente**
Head de Crédito Privado

> "Mantemos uma postura seletiva, priorizando crédito bancário e ativos com fundamentos sólidos e fluxos de caixa resilientes. Diante da proximidade do período eleitoral, reforçamos a cautela em nossa estratégia, monitorando a dinâmica de mercado para identificar oportunidades de entrada com prêmios mais atrativos."

Setembro apresentou um cenário contrastante para o mercado de crédito. Enquanto o segmento de CDI manteve-se em terreno positivo, embora com uma desaceleração na captação líquida, o mercado de infraestrutura enfrentou um mês desafiador. Após o efeito técnico favorável do vencimento das NTN-B observado anteriormente, os fundos de infraestrutura voltaram a registrar resgates líquidos expressivos, somando R$ 1,1 bilhão. Esse fluxo de saída foi acompanhado por uma forte abertura dos prêmios de risco, nesse período a mediana dos spreads de infraestrutura saltou de -8 para 29 bps, o maior patamar desde outubro de 2024.

Em termos de precificação, os indexadores mostraram comportamentos distintos. Os papéis indexados ao CDI mantiveram spreads praticamente estáveis, com algumas exceções, enquanto as debêntures incentivadas sofreram uma abertura de prêmios muito mais acentuada. Esse movimento generalizado nos prêmios de infraestrutura eleva a atenção para a performance dos fundos e o risco de uma aceleração nos resgates nos próximos meses.

Quanto ao mercado primário, a atividade permanece em níveis contidos, embora tenha dado sinais iniciais de retomada com um volume total de R$ 48,1 bilhões emitidos em setembro. As debêntures representaram pouco menos da metade desse volume, evidenciando que o pipeline continua concentrado em ativos com perfis mais estruturados, como CRI, CRA e FIDC. No mercado secundário, a liquidez permaneceu relevante, destacando-se os volumes em papéis de energia e saneamento.

Diante desse panorama, reforçamos a importância de uma gestão rigorosa e seletiva. A rápida abertura de spreads no segmento de infraestrutura e a persistência de situações particulares em diversos emissores reiteram que o cenário atual exige cautela. Continuamos a priorizar ativos com fundamentos sólidos e fluxos de caixa resilientes, monitorando de perto a dinâmica de resgates nos fundos de infraestrutura e a evolução do mercado primário para a identificação de oportunidades de entrada em níveis de prêmios mais atrativos.

# RENDA VARIÁVEL



**Marcos Kawakami**
Head Renda Variável

> "Destacávamos, desde o início do ano, que 2026 seria marcado por maior volatilidade nos mercados. O mês de setembro, com a proximidade das eleições se mostrou nesta direção. E continuamos vendo essa dinâmica ao longo do início de outubro após o primeiro turno das eleições. Nesse contexto, seguimos atentos a temas que devem continuar gerando oscilação relevante para os mercados e tentando nos aproveitar dessas oportunidades"

O mês de setembro foi marcado pela predominância dos temas geopolíticos e pela postura mais restritiva do Fed. A combinação de uma inflação americana acima do esperado e da continuidade do conflito no Oriente Médio pressionou os ativos de risco ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que impulsionou os preços de energia.

Esse cenário teve reflexos importantes na curva de juros americana, que apresentou elevada volatilidade ao longo do mês. Os investidores passaram a incorporar a possibilidade de que as pressões inflacionárias relacionadas à energia sejam mais persistentes, levando a sucessivas revisões das expectativas para a trajetória da política monetária. Como consequência, as condições financeiras globais permaneceram restritivas, contribuindo para o movimento de aversão a risco observado nos mercados desenvolvidos e emergentes.

O S&P 500 fechou o mês em USD 7.651,54, uma queda de -0,5% — um número que, embora modesto, mascara a elevada volatilidade registrada durante o período. O principal driver do sell-off foi o dado de CPI de agosto, que registrou +0,3% na medida central, superando o consenso de +0,2% e selando o caso para um aumento de juros em setembro. Na contramão da queda do S&P 500, as mega-caps de tecnologia norte-americanas apresentaram resiliência, como evidencia a performance do índice Nasdaq, que avançou +3,23% no mês, impulsionado pelo ciclo contínuo de investimentos em Inteligência Artificial.

Como temos destacado nos últimos meses, mais relevante do que o próprio preço do petróleo tem sido a dinâmica dos combustíveis refinados, especialmente do diesel. Além do aumento da matéria-prima, restrições de capacidade de refino e gargalos logísticos continuam pressionando preços e ampliando os riscos para a inflação e para a atividade econômica global. O petróleo Brent foi o grande destaque entre todas as classes de ativos em setembro, saltando +14,4% (de US$ 90,49 para US$ 103,53 por barril) e rompendo a barreira dos USD 100 pela primeira vez em vários meses.

No Brasil, o principal tema do mês foi a disputa presidencial. À medida que nos aproximamos da eleição, o foco dos investidores passou a se concentrar não apenas na evolução dos candidatos nas pesquisas, mas também nas possíveis implicações para a condução da política econômica nos próximos anos. A experiência dos ciclos eleitorais anteriores reforça a necessidade de cautela na interpretação dos levantamentos eleitorais, dada a volatilidade característica do processo político brasileiro. O mercado acionário brasileiro entregou uma performance excepcional em setembro, desconectando-se nitidamente da tendência de risk-off global. O Ibovespa avançou +5,0%, fechando em 186.340 pontos, enquanto o índice Small Caps (SMLL) apreciou +5,2% ao longo do mês. Setorialmente, observamos um movimento de rotação de ativos: o setor Financeiro foi o principal motor da alta do Ibovespa, beneficiando-se de uma dinâmica clássica de mercado.

Ao longo deste ano, nossa visão predominante era de que a eleição, por si só, não seria suficientemente transformacional para alterar de forma relevante o comportamento dos ativos financeiros. Entendíamos que os incentivos para a condução da política fiscal seriam relativamente semelhantes no início do próximo mandato, independentemente do vencedor. No entanto, os acontecimentos observados em setembro nos levaram a revisar parcialmente essa avaliação.

Por um lado, observamos uma intensificação das medidas de estímulo por parte do governo atual em período eleitoral. Por outro, as sinalizações mais favoráveis à disciplina fiscal vindas da oposição passaram a ser recebidas de forma mais construtiva pelo mercado. Embora permaneçam incertezas importantes sobre a implementação das políticas econômicas após a eleição, acreditamos que as diferenças entre os cenários possíveis se tornaram mais relevantes do que imaginávamos anteriormente.

Nesse contexto, entendemos que a combinação de valuations historicamente atrativos, posicionamento ainda conservador dos investidores e a possibilidade de melhora na percepção dos fundamentos econômicos pode se transformar em um importante catalisador para o mercado acionário brasileiro. Diversos setores negociam próximos de mínimas históricas em termos relativos, enquanto o posicionamento dos investidores permanece bastante leve. Caso o cenário político evolua de forma favorável à redução dos prêmios de risco atualmente embutidos nos ativos, acreditamos que existe potencial para uma reprecificação relevante da bolsa brasileira.

Naturalmente, o ambiente internacional continua exigindo cautela. As incertezas geopolíticas, a volatilidade nos mercados de energia e as dúvidas em relação à trajetória dos juros globais podem continuar gerando episódios de volatilidade nos próximos meses.

Ainda assim, avaliamos que a relação entre risco e retorno para os ativos brasileiros se tornou mais favorável. Por essa razão, mantemos nossa preferência por empresas de alta qualidade, com fundamentos sólidos, boa governança corporativa e capacidade sustentável de geração de caixa. Não adotamos, neste momento, uma visão setorial restritiva, concentrando nossas decisões de investimento na seleção de ativos que combinem essas características com níveis atrativos de valuation.

Seguiremos monitorando de forma disciplinada as variáveis macroeconômicas, os desdobramentos políticos e as condições de liquidez, tanto no ambiente doméstico quanto internacional. Essa abordagem nos permite ajustar os portfólios diante das mudanças de cenário, buscando preservar capital em períodos de maior volatilidade e capturar oportunidades quando surgem distorções relevantes entre preço e valor.

# FUNDO DE FUNDOS



**João Uchoa Borges**
Head Fundo de Fundos

> " A despeito da deterioração das condições financeiras globais, com alta nos juros e no dólar, os ativos brasileiros se beneficiaram da dinâmica eleitoral e do afrouxamento monetário. "

Setembro foi marcado por uma deterioração acentuada nas condições financeiras globais, impulsionada pela alta nos preços do petróleo e seus derivados, somada ao endurecimento da postura do Fed em relação à inflação. Embora esse cenário ainda não tenha impactado significativamente os mercados de ações ou as perspectivas de crescimento, sua persistência deve gerar efeitos mais visíveis nos próximos meses. Os mercados de energia reagiram à falta de perspectiva de paz no Oriente Médio e a disrupções em refinarias na Rússia e na Ásia. No entanto, a resiliência das cadeias logísticas de óleo cru permitiu um restabelecimento rápido dos volumes de exportação.

Nos mercados globais de juros, a decisão do Federal Open Market Committee ("FOMC") de elevar a taxa básica em setembro, aliada às declarações de seu presidente, explicou grande parte do estresse observado ao longo do mês. Os títulos americanos de 10 anos subiram cerca de 50 bps, para 5,25%, atingindo o maior patamar desde 2007. O que liderou movimentos de altas de juros globais, mesmo em economias cujos bancos centrais não enfrentam inflação acima da meta. A alta dos juros longos reflete, em grande parte, expectativas de juros curtos elevados, mais do que um súbito aumento na percepção de risco fiscal. Além disso, a combinação de juros altos e expectativas de crescimento ainda robustas nos EUA sustentou a valorização do dólar o que desfavorece ativos de outros países.

No Brasil, as pesquisas eleitorais apontando para uma melhora do desempenho do candidato a presidente da direita foi suficiente para que os ativos brasileiros se destacassem em um ambiente global desafiador. O real foi a única moeda emergente acompanhada que não se desvalorizou no mês, e os juros locais caíram, mesmo diante da alta de mais de 50 bps nas taxas longas americanas. A dinâmica eleitoral dominou o comportamento dos ativos, com os investidores precificando uma maior probabilidade de alternância de poder, o que poderia ser positivo para a trajetória fiscal e econômica do país.

Na frente econômica, o BC manteve o ciclo de afrouxamento monetário, com um corte de 25 bps. na Selic, levando-a a 13,75%, em um contexto de indicadores de inflação benignos e sinais de desaceleração da atividade. No entanto, as perspectivas para 2027 seguem moderadas, com o alto endividamento das famílias e o aperto do crédito pelos bancos pesando negativamente.

# ÍNDICES

| | CDI | IRF-M | IMA Geral | IMA-B | IMA-B 5 | Dólar | Ibovespa | IBX | SMLL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Setembro** | 1,08% | 2,09% | 1,72% | 3,15% | 2,01% | -0,17% | 5,03% | 4,86% | 5,23% |
| **2026** | 10,51% | 9,29% | 10,11% | 10,11% | 11,37% | -5,74% | 15,65% | 15,50% | -1,61% |
| **12 meses** | 14,48% | 12,98% | 13,95% | 13,88% | 14,80% | -2,84% | 27,42% | 27,00% | 1,01% |



Este documento foi produzido pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. ou por suas empresas subsidiárias, coligadas e controladas, em conjunto denominadas 'BNP Paribas Brasil', com fins meramente informativos não se caracterizando como oferta ou solicitação de investimento ou desinvestimento de ativos. O BNP Paribas Brasil é instituição financeira regularmente constituída e em funcionamento no país e devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários para a distribuição de cotas de fundos de investimentos. A BNP Asset Management Ltda. é a instituição devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários como prestador de serviços de administração de carteiras categoria gestor de carteira.

Apesar do cuidado na obtenção e manuseio das informações apresentadas, o BNP Paribas Brasil não se responsabiliza pela publicação acidental de informações incorretas, nem tampouco por decisões de investimento tomadas com base nas informações contidas neste documento, as quais podem sofrer mudanças a qualquer momento sem aviso prévio. Esse material não caracteriza nenhuma oferta de investimento. Antes de qualquer decisão de investimento, é obrigatório certificar-se sobre o seu perfil de risco X perfil de risco do produto pretendido, nos termos da regulamentação em vigor. Esse documento contém informações e declarações prospectivas referentes ao BNP Paribas Brasil e ao mercado em geral. Essas declarações não constituem fatos históricos e abrangem projeções financeiras e estimativas, bem como hipóteses sobre as quais estão baseadas declarações relativas a projetos, objetivos e expectativas relacionadas às operações, produtos e serviços futuros ou performances futuras. Essas declarações prospectivas podem ser identificadas pelas palavras «esperar», «antecipar», «acreditar», «planejar» ou «estimar», bem como por outros termos similares; Informações e opiniões contidas neste documento foram obtidas de fontes públicas por nós consideradas confiáveis, porém nenhuma garantia, explícita ou implícita, é assegurada de que as informações são acuradas ou completas, e em hipótese alguma podemos garantir a sua ocorrência. O BNP Paribas Brasil não assume qualquer compromisso de publicar atualizações ou revisões dessas previsões. Este documento foi produzido para uso exclusivo do seu destinatário, não podendo ser reproduzido, ao todo ou em parte, sem prévio consentimento do BNP Paribas Brasil. Caso V.Sa. não seja o destinatário pretendido, qualquer divulgação, cópia, distribuição ou qualquer ação conduzida ou omitida para que se baseie nisso, é proibida e pode ser considerada ilegal. O BNP Paribas Brasil não se responsabiliza por eventual perda causada pelo uso de qualquer informação contida neste documento. Leia a lâmina de informações essenciais e o regulamento antes de investir. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

Em janeiro/2026, a Fitch Ratings reafirmou o Rating Qualidade de Gestão de Investimentos da BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. ("BNPP AM Brasil") para "Excelente". A Perspectiva do Rating é Estável. A reafirmação do rating 'Excelente' da BNPP AM Brasil reflete a opinião da Fitch de que a gestora tem capacidade de investimento e características operacionais fortes. Os Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos seguem uma escala Global e são atribuídos em escala descritiva de cinco graus que vão de "Excelente" até "Fraco". Os ratings mais elevados - 'Excelente' e 'Forte' – são aplicados a gestores de recursos que atendam ou excedam os padrões tipicamente aplicados pelos investidores institucionais nos mercados internacionais. A metodologia de Atribuição de Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos da Fitch Ratings foi projetada para sistematicamente capturar, avaliar e reportar os principais atributos da plataforma operacional e de investimentos de um gestor de recursos, focando cinco pilares principais: processo de investimento; recursos de investimento; gestão de riscos; desempenho do investimento; e companhia, incluindo atendimento aos clientes. Para obter informações adicionais sobre a metodologia, acesse o website da agência, 'www.fitchratings.com.br'.

Você poderá acessar a Ouvidoria pelo telefone 0800-7715999 ou através do e-mail: ouvidoria@br.bnpparibas.com – O horário de funcionamento da Ouvidoria é de segunda-feira à sexta-feira, das 9h às 18h. Acesse: brasil.bnpparibas (Administrador) ou bnpparibas-am.com/pt-br (Gestor). MATERIAL DE DIVULGAÇÃO. Setembro/2026. CP 26.2026

October 2026 - Design. AM Creative Services - P2610023

BNP PARIBAS
ASSET MANAGEMENT

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos